



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO
CELEBRADO EM 5 DE JUNHO DE 2012, ENTRE
A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL (RFB), ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA
FAZENDA, E O CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP), OBJETIVANDO
O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES DE
INTERESSE RECÍPROCO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, representado neste ato pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES**, vem aderir ao convênio celebrado em 5 de junho de 2012 entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), objetivando o estabelecimento de condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre os partícipes, observando, no que couber, o disposto na Instrução Normativa SRF n.º 19, de 17 de fevereiro de 1998.

CLAÚSULA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA RFB

A RFB fornecerá ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** as seguintes informações cadastrais constantes das bases de dados dos sistemas Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ):

1. Relativas a pessoas físicas:
 - a) Número de inscrição;
 - b) Nome;
 - c) Situação cadastral;
 - d) Indicativo de residente no exterior;
 - e) Código e nome do país, caso seja residente no exterior;
 - f) Nome da mãe;
 - g) Data de nascimento;
 - h) Sexo;
 - i) Código da natureza da ocupação;



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- j) Código da ocupação principal;
- k) Exercício a que se referem o código da natureza da ocupação e o código da ocupação principal;
- l) Endereço do domicílio fiscal;
- m) Telefone;
- n) Unidade administrativa;
- o) Ano do óbito;
- p) Indicativo de estrangeiro;
- q) Número do título de eleitor;
- r) Data de inscrição do CPF ou da última operação de atualização.

2. Relativas a pessoa jurídicas:

- a) Número de inscrição;
- b) Indicador de matriz/filial;
- c) Nome empresarial;
- d) Nome fantasia;
- e) Situação cadastral;
- f) Data da situação cadastral;
- g) Cidade no exterior, código e nome do país, caso o estabelecimento seja domiciliado no exterior;
- h) Natureza jurídica;
- i) Data de abertura;
- j) CNAE principal;
- k) CNAE secundárias (até 10)
- l) Endereço;
- m) Telefone;
- n) E-mail;
- o) Responsável pela pessoa jurídica, CPF e nome;
- p) Capital social da empresa;
- q) Quadro societário, composto por até 300 ocorrências;
- r) Dados do contador;



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

- s) Porte do estabelecimento;
- t) Opção SIMPLES Nacional;
- u) Sucedidas; e
- v) Sucessoras.

Parágrafo Primeiro. O fornecimento de informações de que trata esta cláusula, por qualquer meio ou solução que venha a ser adotada pela Coordenação Geral de Tecnologia da informação(Cotec) da RFB, será operacionalizado junto às bases de dados da RFB, totalizadas no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), e somente será implementado com estrita observância às normas pertinentes à segurança da informação editadas pela RFB e mediante supervisão da Cotec.

Parágrafo Segundo. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ arcará com todos os custos necessários à operacionalização do fornecimento das informações de que trata esta cláusula, independentemente do meio ou solução que venha a ser adotada pela COTEC, não cabendo qualquer ônus à RFB.

Parágrafo Terceiro. Considerando o fato de que as bases de dados da RFB estão localizadas no Serpro, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ firmará contrato com a referida empresa pública para fins de ressarcimento dos custos de acesso às informações indicadas nesta cláusula, devidos ao Serpro observando o disposto no § 1º art. 3º, § 4º e nos §§ 1º e 2º do art. 7º da Instrução Normativa SRF n.º 19, de 1998, bem assim no § 1º do art. 4º e nos §§ 1º e 2º do art. 7º da Instrução Normativa SRF n.º 20, de 1998.

CLAÚSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ se compromete a fornecer à RFB toda e qualquer informação ou documento de que disponha de interesse da Administração Tributária Federal.



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Parágrafo Primeiro. As informações e documentos de que trata esta cláusula poderão ser fornecidos à RFB mediante acesso *on line*, em meio magnético ou eletrônico, em papel impresso ou por qualquer outra modalidade que venha a ser definida de comum acordo pelos partícipes.

Parágrafo Segundo. O fornecimento de documentos em papel impresso somente se realizará mediante solicitação formal e específica.

CLAÚSULA QUARTA- DA UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os partícipes se comprometem a utilizar os dados que lhes forem fornecidos somente nas atividades que, em virtude de lei, sejam de sua competência, não podendo transferi-los a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-los, sob pena de extinção imediata deste Termo de Adesão.

CLAÚSULA QUINTA- DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente instrumento tem caráter não-oneroso, pois não envolve qualquer forma de transferência de recursos financeiros ou orçamentários entre os partícipes.

CLAÚSULA SEXTA- DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão vige a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

CLAÚSULA SÉTIMA- DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

Este instrumento poderá ser alterado por consenso, por meio de termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto trinta dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes, sem que disso resulte ao partícipe denunciado o direito à reclamação ou à indenização pecuniária.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLAÚSULA OITAVA- DA PUBLICAÇÃO

O CNMP providenciará a publicação deste termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

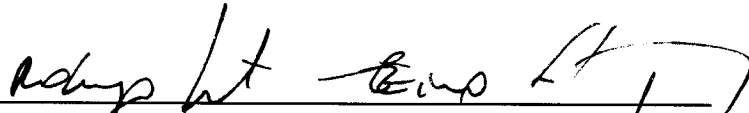
CLAÚSULA NONA- DAS CONTROVÉRSIAS

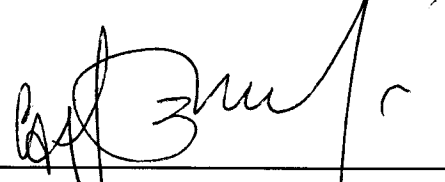
Eventuais divergências decorrentes de interpretação deste Termo de Adesão, que não puderem ser dirimidas de comum acordo pelos partícipes, serão submetidas a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Consultoria-Geral da União, da Advocacia Geral da União.

E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Termo de Adesão, em três vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada partícipe.

Brasília, 26 de fevereiro de 2014


Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará


Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público


Secretário da Receita Federal do Brasil



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS
SEÇÃO DE CADASTRO E LICITAÇÕES**

**AVISO
CONCORRÊNCIA Nº 92/2014-06**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, através da Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais avisa que, por conta de correções feitas no orçamento, o Edital em epígrafe teve editado o seu 1º CPR. Cópia digital do 1º CPR pode ser obtida na Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, Rua Martin de Carvalho, 635, 4º andar, em Belo Horizonte, das 14h30min às 17h00min ou no site www.dnit.gov.br.

CARLOS EVANDRO COELHO DA FONSECA
Presidente da CPL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA
E ACRE**

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Contrato Nº 77/2014 publicado no D.O. de 06/02/2014, Seção 3, Pág. 195. Onde se lê: Vigência: 07/02/2014 a 27/01/2016. Leia-se: Vigência: 13/03/2014 a 01/03/2016

(SICON - 13/03/2014) 393014-39252-2014NE800008

No Extrato de Contrato Nº 1146/2013 publicado no D.O. de 06/02/2014, Seção 3, Pág. 196. Onde se lê: Vigência: 07/02/2014 a 27/01/2016. Leia-se: Vigência: 13/03/2014 a 01/03/2016

(SICON - 13/03/2014) 393014-39252-2014NE800008

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1180/2013 UASG 393013

Nº Processo: 50616000985201093.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 199/2013. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST. DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 95865044000190. Contratado: ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP. Objeto: Contrato de empreitada por preço unitário que entre si fazem, de um lado, como contratante, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e, de outro, como contratada a empresa ZANCO CONSTRUTORA LTDA - EPP, cujo objeto é a execução das obras do viaduto sobre a rodovia BR-282/SC, em Catanduvas/SC, no trecho de Florianópolis a Fronteira Brasil/Argentina (Ponte sobre o Rio Pepperiguauçu), segmento do km 406,6 ao km 406,9, numa extensão de 0,3 km. Fundamento Legal: Edital 199/2013-16, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e cláusulas e condições contratuais. Vigência: 13/03/2014 a 06/01/2015. Valor Total: R\$2.041.740,72. Fonte: 100000000 - 2013NE803221. Data de Assinatura: 13/03/2014.

(SICON - 13/03/2014) 393013-39252-2014NE800027

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 3/2014 - UASG 393024**

Nº Processo: 50603000323201496. Objeto: Participação de servidores do DNIT/CE no curso sobre Gestão/Fiscalização de Contratos Administrativos a ser realizado nos dias 17/03 a 21/03/2014 em Fortaleza/CE. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Exclusividade na prestação do serviço. Declaração de Inexigibilidade em 10/03/2014. MARCIA MARIA NOBRE ALVES, Chefe do Sv. de Adm. e Finanças. Ratificação em 11/03/2014. JOSE LUIS VIANNA FERREIRA, Superintendente Regional do DNIT/CE. Valor Global: R\$ 6.724,97. CNPJ CONTRATADA: 00.394.460/0254-89 MINISTÉRIO DA FAZENDA.

(SIDECE - 13/03/2014) 393024-39252-2013NE800004

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

**AVISO DE ADIAMENTO
RDC ELETRÔNICO Nº 21/2014 - UASG 393028**

Nº Processo: 50600033035/13-67. Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 25/02/2014, Entrega das Propostas: a partir de 25/02/2014, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/03/2014, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Contratação de Empresas para a Execução dos Serviços de Supervisão das Obras de Implantação e Pavimentação com Obras de Arte Especiais na Rodovia BR-158/PR, a saber: Lote Único. Trecho: Div. SP/PR ? Div. PR/SC. Segmento 1(A): Entr. BR-369(B) (Acesso Sudoeste Campo Mourão) - Entr. PR-553 - Entr. PR-239/462 (Roncador). Segmento 1(B): Entr. BR-369(B) (Anel Viário Campo Mourão) ? Acesso Oeste Campo Mourão; Segmento 2: Entr. PR-239/462 (Roncador) ? Entr. PR-364(A)/456 (Palmital). Extensão Total: 110,54 km.

JOSE DA SILVA TIAGO
Superintendente

(SIDECE - 13/03/2014) 393028-39252-2014NE800006

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014031400240

SEÇÃO DE CADASTRO E LICITAÇÃO

**AVISO
CONCORRÊNCIA
Edital nº 674/2013-09**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Autarquia Federal vinculada ao Ministério dos Transportes, através da Comissão Permanente de Licitação da SR-DNIT/PR, CONVOCA, os representantes das empresas participantes da licitação do Edital em epígrafe para comparecerem no dia 24.03.2014, às 14:30 horas no Auditório da SR/DNIT/PR, na Av. Victor F. do Amaral, 1500 - Taramã, Curitiba/PR, visando dar continuidade aos trabalhos da licitação com a abertura dos envelopes das Propostas de Preços.

Curitiba, 13 de março de 2014
CARLOS HENRIQUE TASSI SIMIONI
Membro da Comissão Permanente de Licitação

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO
DE JANEIRO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2014 UASG 393019

Nº Processo: 50607003047201135.
TOMADA DE PREÇOS Nº 122/2013. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST. DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 34271379000196. Contratado: PACS PLANEJAMENTO ASSESS - CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. Objeto: Elaboração de Projeto Executivo para Construção de Passarela para Pedestres, Baías para Ônibus e Abrigos para Passageiros no Km 391,0 da rodovia BR-101/RJ. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Cláusulas e Condições do Edital e Normas vigentes no DNIT. Vigência: 17/03/2014 a 22/09/2014. Valor Total: R\$190.980,54. Fonte: 100000000 - 2014NE800022. Data de Assinatura: 12/03/2014.

(SICON - 13/03/2014) 393019-39252-2014NE800008

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE
DO SUL**

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 553/2012**

O pregão eletrônico nº 0553/2012-10 foi Adjudicado pelo Pregoeiro e Homologado pela Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul/DNIT, tendo o seguinte resultado: Empresa vencedora: Conterra Construções e Terraplanagens Ltda. CNPJ: 88.017.165/0001-17. Valor homologado: R\$ 14.900.000,00 (quatorze milhões e novecentos mil reais).

(SIDECE - 13/03/2014) 393012-39252-2014NE800049

PREGÃO Nº 554/2012

O pregão eletrônico nº 0554/2012-10 foi Adjudicado pelo Pregoeiro e Homologado pela Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul/DNIT, tendo o seguinte resultado: Empresa vencedora: Compasul Construção e Serviços Ltda. CNPJ: 00.063.470/0001-97. Valor homologado: R\$ 10.273.267,80 (dez milhões, duzentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

MARCUS VINICIUS VELEDA RAMIRES
Pregoeiro

(SIDECE - 13/03/2014) 393012-39252-2014NE800049

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 UASG 393023

Número do Contrato: 213/2012.
Nº Processo: 50623000272201111.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 355/2011. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST. DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 00086165000128. Contratado: CONSTRUTORA ARTEC S/A - Objeto: Primeiro Termo Aditivo de Re-ratificação ao contrato de empreitada de nº UT-23-00213/2012-00 - Alteração da Cláusula sexta - do prazo- prorrogação - Objeto: Manutenção Rodoviária (Conservação/Recuperação) na rodovia BR-242/TO, Trecho: Div.BA/TO - Div. TO/MT (S. Felix do Araguaia); Subtrecho: fim pista dupla - Entr. BR-153(B) - Porto Piaui (Rio Javacá) - Div. TO/MT (S. Felix do Araguaia); Segmento: km 435,2 - km 532,2; Extensão: 88, km; SNV: 242BTO0470-242BTO0530. Contratada: Construtora ARTEC S/A. Fundamento Legal: ARTs. 57, par. 1, incisos I e II e Art. 60 da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 13/03/2014.

(SICON - 13/03/2014) 393023-39252-2014NE800019

**SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES
DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2014 UASG 277001

Nº Processo: 50770000430201410.
PREGÃO SISPP Nº 5/2014. Contratante: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - CNPJ Contratado: 17298685000105. Contratado: GB+ CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI - EPP. Objeto: Prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com fornecimento de material, para o DMM/RJ. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 atualizada. Vigência: 12/03/2014 a 11/03/2015. Valor Total: R\$132.240,00. Fonte: 180000000 - 2014NE800191. Data de Assinatura: 11/03/2014.

(SICON - 13/03/2014) 277001-00001-2014NE800111

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 UASG 277001

Número do Contrato: 2/2013.
Nº Processo: 50770000430201221.
PREGÃO SISPP Nº 1/2013. Contratante: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - CNPJ Contratado: 32301921000180. Contratado: VISOR CONSULT. ASSES. RECURSOS - HUMANOS LTDA. - ME. Objeto: Prorrogação do contrato DMM 2/2013, de 08/03/2013. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. Vigência: 09/03/2014 a 09/03/2015. Valor Total: R\$116.212,92. Fonte: 180000000 - 2014NE800025. Data de Assinatura: 05/03/2014.

(SICON - 13/03/2014) 277001-00001-2014NE800111

Conselho Nacional do Ministério Público

Processo 0.00.002.000033/2012-81. Espécie: Termo de Adesão ao Convênio celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Objeto: Termo de Adesão por meio do qual o Ministério Público do Estado do Pará adere ao convênio supracitado. Data de assinatura: 26/02/14. Signatários: pelo CNMP: Rodrigo Janot Monteiro de Barros; pelo MP/PA: Marcos Antônio Ferreira das Neves; pela RFB-MF: Carlos Alberto Freitas Barreto.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE CREDENCIAMENTOS

Termo de Credenciamento nº 261/2013, celebrado entre o Ministério Público da União e INSTITUTO DE MEDICINA NUCLEAR DO PARÁ S/S LTDA. Objeto: Prestação de serviços médicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir da assinatura do credenciamento. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25º da Lei 8.666/93. Elemento de despesa no MPF: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2013NE000054, de 14.01.2013. Elemento de despesa no MPT: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2013NE000038, de 22.01.2013. Elemento de despesa no MPM: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPM: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPM: 2013NE000033, de 04.01.2013. Elemento de despesa no MPDFT: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPDFT: 03.301.0581.2004.0053. Nota de Empenho no MPDFT: 2013NE000196, de 20.02.2013. Assinatura: Vilson Vicente Possamai Junior, Diretor Executivo Adjunto do Plan-Assiste/MPF, pelo Credenciante, Ruy Dias de Pinho de Borborema, pelo Credenciado.

Termo de Credenciamento nº 448/2013, celebrado entre o Ministério Público da União e FABIANA FAMER BOFF. Objeto: prestação de serviços de ODONTOLOGIA. Processo: 1.04.003.000659/2013-64. Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: 03301058120040001. Nota de Empenho: 2013NE01075, de 25/06/2013. Vigência: 24/02/2014 a 23/03/2019. Assinatura: pelo Credenciante, VILSON VICENTE POSSAMAI JUNIOR e FABIANA FAMER BOFF, pelo Credenciado.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Termo de Contrato nº 7/2014. Contratantes: Ministério Público Federal e Ticket Serviços Ltda. Objeto: Prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de frota de veículos. Modalidade: Pregão nº 03/2013 SDPF/RO. Valor total: R\$ 186.960,00. Vigência: de 11/03/2014 até 10/03/2015. Data de Assinatura: 11/03/2014. Notas de Empenho: 2014NE000311 e 2014NE000312, de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.